

GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA E O NOVO INTERNACIONALISMO OPERÁRIO

Ricardo Framil Filho¹

Resumo

O advento da globalização deu novo fôlego à ideia de que o trabalho e o sindicalismo vivem crise insuperável. Por outro lado, pesquisadores críticos desafiam essa visão ao enfatizar as oportunidades que a globalização oferece para o ativismo internacional dos trabalhadores e postulam a emergência de um “novo internacionalismo operário”. Inspirados pelo resgate do trabalho do economista húngaro Karl Polanyi e pelo que viram como indicativos do surgimento de um “sindicalismo de movimento social”, deram origem ao que ficou conhecido como Novos Estudos sobre Trabalho Global. Essa tendência, no entanto, foi acusada de sofrer de otimismo exagerado. Ainda que sem respostas definitivas, as questões levantadas por esse debate devem motivar a pesquisa sobre o sindicalismo brasileiro, que assume protagonismo crescente na escala internacional.

Palavras-chave

Sindicalismo. Trabalho. Globalização.

Nos últimos anos, foi crescente a publicação de trabalhos preocupados com as respostas dos trabalhadores aos efeitos da globalização. Em especial, a proposição de que estaria surgindo um “novo internacionalismo operário” gerou polêmica. Enquanto alguns enxergam a sua emergência como o principal elemento de renovação do sindicalismo e do movimento operário contemporâneos, críticos afirmam que muito do que se apresenta como novo internacionalismo não passa de “manobra discursiva”. Não é novidade, na discussão sobre a importância do ativismo internacional para a organização dos trabalhadores, a divisão entre “otimistas” e “céticos” ou “pessimistas”. Ramsay (1999), cujo trabalho é frequentemente citado por oferecer uma das poucas sínteses disponíveis sobre a história intelectual desse debate no período anterior, mostra que essa é a tônica da discussão há décadas. É inegável, no entanto, que a globalização traz novos elementos e recoloca a questão, tanto para pesquisadores quanto na prática. A questão inescapável é: as empresas se globalizaram. Não é hora de as organizações dos trabalhadores o fazerem? Mesmo entre aqueles que apresentam opinião pessimista sobre as possibilidades do movimento organizado dos trabalhadores no atual contexto econômico e político, é tentadora a

¹ Universidade de São Paulo (ricardoff@usp.br)

ideia de que a organização na escala internacional é o caminho lógico:

Se os trabalhadores conquistarem direitos coletivos nessa nova ordem mundial, eles terão de inventar novas estratégias na escala do capital internacional. Uma vez que (a) os direitos emergem da luta organizada e (b) a luta atual ainda coloca o trabalho contra o capital, apenas a ação coletiva em escala internacional tem perspectiva de proporcionar ganhos para o trabalho ou mesmo de evitar perdas. (TILLY, 1995, p. 21)

Apesar disso, o debate teórico sobre a questão ainda esbarra na escassez de material empírico. Crítica recorrente à literatura “otimista” sobre o assunto é que ela tende a generalizar conclusões extraídas de poucos exemplos bem-sucedidos, ou seja, a essencializar como “embrionário” aquilo que pode ser uma exceção baseada em condições extraordinárias. De outro lado, aqueles que enxergam no ativismo internacional dos trabalhadores uma resposta necessária à globalização apontam que o estudo das experiências que atingem bons resultados é essencial para compreender as possibilidades abertas ao movimento operário nos dias de hoje. Não é tarefa fácil, portanto, tecer análises de conjunto ou apresentar conclusões definitivas. Mas a multiplicação recente de experiências de articulação internacional de trabalhadores, especialmente por intermédio do sindicalismo internacional, tem feito com que a produção intelectual sobre o assunto seja cada vez maior. Além disso, as experiências em desenvolvimento são diversas e nem sempre se encaixam nos esquemas teóricos disponíveis, o que possibilita análises mais sofisticadas e menos afeitas a polarizações extremas. O objetivo deste texto é discutir o estado atual desse debate a partir de clássicos recentes sobre o assunto e, ao fim, apresentar breve comentário sobre a importância do Brasil nesse cenário. A contribuição brasileira ao internacionalismo operário no contexto da globalização ainda é tema pouco explorado.

Globalização e trabalho

Segundo Claus Offe (1989), as tradições clássicas da Sociologia têm em comum a ideia de que o trabalho é o fato sociológico fundamental. Isso significa que, para elas, o trabalho tem nas sociedades modernas importância fundamental, podendo ser visto mesmo como princípio organizativo de sua dinâmica e estrutura. Não surpreende, portanto, que durante longo período muitos tenham enxergado no movimento organizado dos trabalhadores a grande expressão das forças responsáveis pela transformação social. Desde que se aproximou o fim do século XX, no entanto, uma série de mudanças colocou em xeque esse papel. Na esteira da diminuição e transformação do proletariado industrial nos países de capitalismo avançado, anunciou-se o fim do “paradigma do trabalho”, o que condenaria o movimento operário a papel secundário

ou mesmo ao desaparecimento. André Gorz (1987) foi pioneiro dessa tendência ao decretar a “morte” da classe operária, o que levaria também à crise do pensamento construído em torno de suas experiências. Ainda que essa tese não se tenha afirmado sem contestação, ela se manteve influente desde então e o fenômeno da globalização proporcionou fôlego renovado a esse tipo de diagnóstico. Como se sabe, o mundo do trabalho foi afetado de forma direta pela globalização. A incorporação de países como a China à economia global dobrou o número de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas e, em associação com o uso de novas tecnologias e estratégias propriamente globais por grandes corporações transnacionais, fez com que a relação entre capital e trabalho se deslocasse em favor do primeiro. Em geral, houve diminuição da capacidade dos trabalhadores de limitar a concorrência que o capital estabelece entre eles (CHESNAIS, 2009). Além disso, houve mudanças significativas na organização das empresas. A estrutura produtiva se tornou cada vez mais complexa e descentralizada, a unidade produtora perdeu controle sobre a produção. O sindicalismo clássico, voltado a responder de forma reativa a problemas imediatos dentro de uma unidade produtora, perdeu espaço (DURAND, 2003). Isso levou à impressão de que o sindicalismo e o movimento organizado dos trabalhadores estavam atrasados em relação à organização da economia e das empresas transnacionais. Resgatou-se a ideia de superação histórica do movimento operário, já que a incapacidade de adaptação à internacionalização da produção fez com que o movimento operário perdesse força:

Dividido pela internacionalização da finança e da produção, incapaz de se adaptar às empresas em rede e à individualização do trabalho, [...] o movimento operário é enfraquecido como uma fonte importante de coesão social e representação dos trabalhadores. (CASTELLS, 2010, p. 354)

Essa “crise do mundo do trabalho” foi anunciada antes nos países de capitalismo avançado, mas os efeitos da globalização não se restringem a apenas algumas nações ou regiões, assim como suas consequências não estão limitadas às empresas transnacionais. O capital globalizado e as grandes empresas impuseram um sistema propriamente global, o que significa que os desafios para o mundo do trabalho são cada vez mais transnacionalizados, embora a ação dos trabalhadores permaneça predominantemente nacional (ANTUNES, 2005).

A primeira reação em relação às perspectivas dos trabalhadores organizados nesse contexto foi pessimista. Tilly (1995), por exemplo, apesar de apontar o caminho do ativismo internacional como resposta plausível, avalia que as chances de sucesso dessa empreitada não são grandes. Além das dificuldades colocadas pelas transformações na organização econômica, há redução do espaço político no qual os trabalhadores tradicionalmente atuaram. Historicamente, o Estado foi o principal garantidor de direitos sociais e trabalhistas. Com

a globalização, o Estado perdeu a capacidade de regular os fluxos econômicos e as instituições internacionais não têm força o suficiente para substituí-lo, o que reduz as possibilidades do movimento operário. Hobsbawm (1995) acompanha essa avaliação e, embora pondere que pode ser exagerada a percepção de que a globalização enfraquece o Estado, conclui que “grupos organizados e conscientes de si mesmos como ‘trabalho’ vão inevitavelmente exercer um papel menor e menos central no processo político” (p. 44). De fato, esse tipo de análise parecia ser confirmada pelo enfraquecimento do sindicalismo em países de forte tradição operária, notadamente na Europa. Essa situação levou ao declínio paralelo dos estudos sobre o trabalho:

Para muitos, essa dupla crise (dos estudos do trabalho e dos movimentos operários) é de longo prazo e estrutural - intimamente ligada às momentosas transformações que marcaram as últimas décadas do século XX sob a rubrica geral de globalização. (SILVER, 2003, p.19)

A despeito dessas tendências, os trabalhadores organizados em sindicatos não desapareceram e, aos poucos, a visão “pessimista” passou a ser desafiada. Wills (1998) critica o fato de que enxergar a globalização como nociva à organização dos trabalhadores se tornou algo como uma ortodoxia e pondera que há outros desfechos possíveis. Nessa linha, Evans (2010) argumenta que a conclusão de que a globalização é o calcanhar de Aquiles da organização dos trabalhadores é apressada e fundada em verdades parciais. A globalização, embora coloque obstáculos, também abre possibilidades para a atuação do movimento operário. Em relação ao argumento econômico, que diz que a maior mobilidade internacional do capital prejudica o poder de barganha dos trabalhadores, ele diz que sua importância é muitas vezes exagerada. É verdade que o fenômeno acontece em alguns casos e setores econômicos, mas nem todos os empregos podem mudar de lugar. Isso é evidente, por exemplo, em grande parte do setor de serviços, que assume importância crescente em diversas economias. Além disso, novas classes operárias são formadas e se organizam quando a produção é transferida para outros países. Essa é a conclusão de Silver (2003), que, a partir de análise de longo prazo, mostra de que forma o enfraquecimento de bastiões tradicionais de militância operária é compensado pelo surgimento de poderosos movimentos nas periferias da economia mundial. Sugere-se, assim, que o diagnóstico de fragilização generalizada do movimento operário e do sindicalismo pode ser prejudicado por se basear em visão unilateral centrada no contexto Europeu, ignorando a mobilização operária na África, América Latina e Ásia. É questionável ainda a conclusão de que a incapacidade do Estado em regular a economia global prive os trabalhadores de um espaço de ação política. Evans reconhece que o movimento operário precisa contar com algum grau de governança para efetivar seus direitos, mas diz que os momentos históricos em que os Estados foram aliados confiáveis

dos trabalhadores constituem mais exceção do que regra. Para ele, tais ocasiões foram consequência e não causa da mobilização. Nesse sentido, é possível concluir que não estão fora de questão lutas que pressionem por uma maior regulação e democracia na escala internacional. Ele argumenta ainda que a discussão acerca do enfraquecimento do Estado está longe de terminar e que provavelmente esse processo não é tão linear e certo quanto alguns dos primeiros analistas da globalização imaginaram.

Globalização contra-hegemônica

Com o fim da Guerra Fria, grandes divisões no movimento operário internacional começaram a se desfazer. Se antes era impensável a cooperação entre o sindicalismo norte-americano e os sindicatos de esquerda na América Latina, por exemplo, hoje o diálogo se dá em outros termos e não há mais acusações mútuas entre “comunistas” e “imperialistas”. O que era antes um mundo de divisões rígidas agora se apresenta como espaço politicamente mais homogêneo a ser conquistado e, além disso, oferece alvos comuns: as organizações internacionais e as empresas transnacionais. Assim, tanto na prática do sindicalismo internacional quanto para os pesquisadores do assunto, a globalização começa a aparecer não mais como obstáculo intransponível, mas como possível janela de oportunidade para a busca de estratégias que eram inviáveis em período anterior. Aproveitando-se do amplo acesso às novas tecnologias da informação e livres de amarras políticas que há muito tempo os constrangiam, os trabalhadores podem ter a ambição de forjar um novo movimento internacional. Uma vez que se refute a opção por uma visão fatalista em relação à globalização e se apresente a possibilidade de uma nova interpretação, é preciso indagar qual perspectiva teórica pode avaliar de forma mais adequada possibilidades e limites da organização dos trabalhadores neste novo momento. Recentemente, foi influente o resgate do trabalho do economista húngaro Karl Polanyi, cuja análise das respostas da sociedade em relação ao avanço dos mercados após a Revolução Industrial pode ser útil para analisar o contexto atual. Ele elaborou a chamada teoria do “Duplo Movimento”, que postula que um avanço do mercado gera uma resposta daqueles que são afetados pelos seus efeitos negativos para controlá-lo. Nas palavras de Evans (2008), um “otimismo neo-polanyiano” pode ser uma ferramenta útil para superar o “pessimismo estrutural” em voga e entender de que forma os trabalhadores podem responder aos efeitos da globalização. Ele aponta para uma “globalização contra-hegemônica”, que leva em consideração o fato de que a globalização “mudou o mundo de forma a permitir que os movimentos contemporâneos por proteção social se organizem globalmente de uma maneira que não podiam há cem anos” (p. 274).

A proposta de Michael Burawoy (2003) é útil para entender a dinâmica entre hegemonia e contra-hegemonia que é possível extrair da integração das ideias de Polanyi à sociologia. Ele propõe uma convergência entre o conceito

gramsciano de “sociedade civil” e a noção de Polanyi de “sociedade ativa”, a partir da qual é possível compor um quadro teórico capaz de avaliar as dificuldades e possibilidades de resposta, dos trabalhadores e de outros coletivos, em relação à globalização. Burawoy elege Gramsci como o teórico da hegemonia. Segundo o autor, Gramsci se esforça para elaborar um esquema que permite entender a formação de classes e a luta de classes que, sem se prender a uma transposição mecânica das relações de produção para a esfera política, não abre mão da ideia de que a exploração está na base da sociedade capitalista. É central a sua formulação sobre a hegemonia, segundo a qual uma classe apresenta os seus interesses como universais e mantém a sua dominação com base em uma conjugação de força e consenso. Embora reconheça em Gramsci a chave para explicar a dominação capitalista, o autor argumenta que ele tem menos a dizer sobre a possibilidade de respostas por parte dos trabalhadores. Para Burawoy, a teoria de Gramsci faz com que seja muito difícil supor que a classe operária possa apresentar seus interesses como universais, uma vez que ela não possui os recursos materiais para fazer concessões e estabelecer compromissos. Restariam apenas promessas de convergência de interesses no futuro.

É em busca de superar esse “ponto fraco” de Gramsci que se dá a virada de Burawoy na direção de uma inovação em relação à análise marxista mais costumeira. Ele encontra no trabalho de Polanyi os fundamentos de uma teoria da contra-hegemonia. Polanyi leva a análise do terreno da produção para o do mercado. Ele descreve o que chamou de “Grande Transformação”, a expansão dos mercados capitalistas após a Revolução Industrial. Segundo o economista, o projeto de um mercado autorregulado é uma utopia (ou uma distopia) que não pode ser implementada sem levar a grandes deslocamentos que degradam a natureza e a vida humana. Em suma, isso se deve ao fato de que, embora a economia capitalista transforme a terra, o trabalho e o dinheiro em mercadorias, eles não são originalmente produzidos para o mercado. Eles são, assim, “mercadorias fictícias” e a sua mercantilização (a sua transformação em mercadoria) tem consequências graves. Nos termos da apropriação marxista que faz Burawoy, o seu valor de uso é afetado pela sua submissão à lógica da troca. A proposição central de Polanyi é que, quando isso acontece, a sociedade toma medidas para se proteger, o que faz surgir a “sociedade ativa”. Elemento fundamental nesse processo são os trabalhadores que, submetidos a condições precárias por serem tratados como mercadoria, lutam por legislação social, trabalhista e sindical para “domesticar” o mercado de trabalho e limitar a exploração de sua atividade.

É possível, então, estabelecer de que forma as análises de Gramsci e Polanyi são complementares. O problema de Polanyi, diz Burawoy, é que, para ele, os deslocamentos causados pelo avanço do mercado são tão grandes que surge uma resposta da sociedade como um todo. Ele não leva em conta as divisões de classe, os imperativos da acumulação e o interesse dos capitalistas em manter a expansão dos mercados. Muitas vezes ele reduz a sociedade ao

Estado, que seria o responsável pela regulação. Enquanto ele enxerga o surgimento de um interesse social geral, Gramsci vê uma coordenação de interesses contraditórios em que há um polo dominante e uma tensão dinâmica. Mas, para Burawoy, é importante reter de Polanyi uma ideia fundamental: não é a experiência da produção, mas a experiência do mercado que leva às lutas sociais e à contestação. Burawoy chega a questionar se, algum dia, a experiência da produção foi tão central para as lutas da classe trabalhadora quanto imaginaram os primeiros marxistas, mas afirma que com a fragmentação dos trabalhadores na economia contemporânea apenas o mercado é uma arena plausível para a formação de interesses em comum. O argumento central é, portanto, que se é verdade que a produção continua central para explicar a hegemonia na sociedade capitalista, os fundamentos de uma possível contra-hegemonia só serão encontrados no terreno do mercado. Essa conclusão tem consequências importantes, em especial a de que os trabalhadores organizados nos sindicatos, por mais importantes que tenham sido, devem a partir de agora ser parte de uma resposta mais geral que passe por todos aqueles que sofrem os efeitos negativos do mercado. Essa conclusão aponta para uma política de alianças mais aberta. Torna-se primordial a associação com outras lutas, como as por terra, moradia e melhores condições de vida em geral.

Novo internacionalismo operário

A influência de Gramsci é bem conhecida entre os estudiosos do trabalho, mas o resgate de Polanyi inspirou aqueles que encontraram em sua teoria uma lente para enxergar os movimentos de resistência contemporâneos. Recentemente, ganhou influência o que ficou conhecido como “Novos Estudos sobre Trabalho Global” (WATERMAN, 2012). Não se trata de uma escola bem definida, mas de um conjunto de autores que compartilham algumas noções em comum. De forma geral, são pesquisadores que propõem o estudo do trabalho a partir de um ponto de vista global e enxergam a emergência de um “novo internacionalismo operário”. A influência de Polanyi é marcante. Como aponta Webster,

a (re)descoberta de Karl Polanyi no final dos anos 1990 como uma forma de compreender o movimento antiglobalização foi um importante passo no desenvolvimento de novos Estudos sobre Trabalho Global”. (WEBSTER, 2010, p. 384)

O encanto do argumento polanyiano reside no fato de que ele proporciona, em meio a um contexto em que o papel dos movimentos operários é contestado, um quadro teórico que permite localizar a luta dos trabalhadores como parte de um processo mais geral de resistência ao avanço dos mercados. Munck (2002), por exemplo, afirma que está em curso uma “nova grande trans-

formação”, processo análogo ao teorizado por Polanyi e que se caracteriza por um novo impulso de desenvolvimento do capitalismo que carrega consigo um “igualmente profundo deslocamento das vidas de pessoas comuns ao redor do globo” (p. 2). A conclusão é que, assim como antes, aqueles mais afetados por esse processo tenderão a se organizar para conter esse avanço. A novidade é que, agora, isso só pode ser feito de forma efetiva em escala global, o que anuncia a possibilidade da organização internacional do movimento operário. A imagem de um sindicalismo “aberto ao exterior” (COSTA, 2005a, p. 7), não só em relação a trabalhadores de outros países, mas também, com relação a outros movimentos sociais, captura bem a essência do que seria esse novo sindicalismo adaptado à globalização.

Desde os anos 1990, pesquisadores identificam práticas nesse sentido. Uma primeira formulação dessas ideias pode ser encontrada em Moody (1997), que notou o surgimento de uma nova geração de lideranças sindicais sintonizada com os desafios da globalização e disposta a superar os velhos paradigmas do sindicalismo tradicional, tanto localmente quanto na escala internacional. Essa tendência ficou conhecida como “sindicalismo de movimento social”, conceito que continua a ser utilizado, que seria definido pela maior preocupação com a solidariedade internacional, engajamento ativo em alianças com diversos setores sociais, democratização das estruturas organizativas e harmonização da negociação coletiva com interesses gerais de classe que vão além dos ganhos imediatos para os trabalhadores representados, a partir de agenda social ampla. Um elemento central é a conjugação de lutas locais e internacionais:

A fusão de lutas no local de trabalho com lutas políticas mais amplas através de ligações internacionais oferece uma oportunidade única para revitalizar os sindicatos e aproveitar a força e os números de outras organizações operárias e comunidades. (MOODY, 1997, p. 68)

Esse tipo de análise tem sido utilizado para propor a emergência de um novo internacionalismo operário. Munck (2000, p. 92-93) sustenta que o movimento internacional dos trabalhadores tem explorado formas inovadoras de ação, de maneira que os velhos paradigmas de estrutura e organização se dissolvem e novas formas são desenvolvidas. Waterman (2001) fala de um “internacionalismo operário na era de Seattle”, associando o novo momento aos protestos de Seattle em 1999, que se tornaram símbolo do “movimento altermundista” que deu origem ao Fórum Social Mundial. Para ele, a organização em rede é a grande mudança qualitativa em relação às organizações anteriores, mas aponta que a influência desse tipo de inovação é geral, não está restrita ao sul global e é perceptível mesmo nas organizações de trabalhadores constituídas em períodos anteriores. Já Boaventura de Souza Santos e Hermes Costa (2005) apontam para um sindicalismo que aposta em uma série de no-

vas estratégias de caráter “transclassista” e “transfronteiriço”, como a criação de redes internacionais com ligações locais, campanhas e alianças transnacionais com organizações não apenas sindicais, além de preocupação com questões de direitos humanos e ambientais. Valoriza-se, assim, a relação com amplos setores sociais para além dos trabalhadores representados pelos sindicatos.

A culminância dessa tendência na literatura pode ser associada à obra *Grounding Globalization*, publicada em 2008, e à criação da revista *Global Labour Journal*, cujos diretores se associam a esse ponto de vista (WATERMAN, 2012). O livro, cujo título é inspirado em Burawoy, foi publicado por Webster, Lambert e Bezuidenhout e teoriza o surgimento de um novo internacionalismo operário a partir de um esquema derivado de Polanyi. Apesar disso, os autores reconhecem as limitações do quadro teórico original e recorrem a outras contribuições para preencher o que chamam de áreas de “subteorização” de Polanyi. Burawoy, por exemplo, é acionado para retificar o conceito de sociedade e Tarrow, ligado à teoria dos movimentos sociais, para superar o caráter “espontaneísta” que os movimentos parecem ter na obra do economista. Os autores mobilizam as noções de “sindicalismo de movimento social” e de “novo internacionalismo operário”, e ligam as experiências locais investigadas a um movimento internacional. A obra apresenta uma síntese útil das características gerais do que seria o “novo internacionalismo operário”:

Velho internacionalismo operário	Novo internacionalismo operário
Burocratas de carreira	Geração política de ativistas engajados
Hierarquia e grande burocracia	Rede
Centralização	Descentralização
Debate restrito	Debate aberto
Orientação diplomática	Orientação para mobilização e campanha
Foco apenas no local de trabalho e nos sindicatos	Foco na construção de alianças com novos movimentos sociais e ONGs
Predominantemente trabalhadores estabelecidos do norte, do sexo masculino, brancos	Predominantemente trabalhadores precários do sul, africanos, asiáticos e latinos

Fonte: Webster, Lambert e Bezuidenhout (2004)

Muito embora tenha inspirado muitos dos trabalhos neste sentido, Burawoy (2010) criticou duramente a forma como Polanyi foi utilizado nos recentes estudos sobre o trabalho. Ele afirma que o esquema de Polanyi sofre de uma série de “falsos otimismo” que contamina as pesquisas que buscaram nele a inspiração para explicar as resistências à globalização. Em sua opinião, esses autores vão de “Polanyi a Pollyanna”, expressão que utiliza para ironizar o que considera um otimismo exagerado. Burawoy argumenta que a grande hostili-

dade de Polanyi ao marxismo clássico e a quaisquer leis históricas o fez perder de vista os imperativos da acumulação capitalista que possibilitaram o retorno das políticas liberais que ele considerava permanentemente derrotadas e que levaram à reestruturação da hegemonia representada pela globalização. Além disso, argumenta que Polanyi tem uma concepção nebulosa de sociedade, recorrendo à ideia de uma proteção automática sem desenvolver como isso se daria de fato. Burawoy diz, então, que o ponto de partida dos autores vinculados à ideia do novo internacionalismo operário é a busca por movimentos sociais progressistas, em especial vinculados ao mundo do trabalho, com potencial para transcender as fronteiras nacionais e fundar uma “globalização contra-hegemônica”. Eles não teriam demonstrado, no entanto, de que forma esses movimentos representam uma contra-hegemonia. Uma vez que o Estado é descartado, já que confina as lutas à escala nacional, não há para Burawoy nenhum sinal de que estejam sendo construídos de fato os mecanismos necessários para oferecer uma alternativa à hegemonia capitalista de forma global. Segundo o autor, esses movimentos se organizam estritamente dentro dos limites da hegemonia constituída. Ainda que possam conseguir pequenos avanços,

não há nenhum sinal de que as suas pequenas transformações, ou melhor, suas pequenas perturbações, são mais do que uma adaptação ao capitalismo. Por mais importantes que sejam por si próprias, elas não são temporalmente cumulativas nem politicamente (e geograficamente) conectadas. (p. 303)

Mesmo os trabalhos que Burawoy avalia de forma mais positiva, como o de Silver (2003), que elogia por expor os mecanismos de longo prazo que levam a uma constante reestruturação da produção e da hegemonia capitalista, sofrem, segundo ele, por não problematizarem o suficiente as tensões que existem entre uma visão marxista e uma visão polanyiana. É verdade que Silver reconhece que Marx e Polanyi são “lentes” diferentes para entender a questão. Embora ambos tratem, de alguma maneira, o trabalho como uma mercadoria fictícia e afirmem que a tentativa de transformá-lo em mercadoria gera resistência, as suas teorias são diferentes. Silver propõe, então, que, na realidade, ambos os processos acontecem. Devemos, diz, estar com os olhos abertos para os dois fenômenos. A leitura de Marx aponta para uma constante transformação da classe trabalhadora e da forma do conflito entre capital e trabalho. Enquanto alguns elementos e setores da classe trabalhadora desaparecem, novos conflitos surgem com novas demandas e formas de luta. Já Polanyi ajuda a compreender de que forma o desmonte de classes operárias já consolidadas gera resistências por parte daqueles que tem suas vidas afetadas. O que ela busca é uma combinação de dois tipos de luta: o “tipo Polanyi” e o “tipo Marx”. O primeiro é residual, característico da resistência das classes trabalhadoras que estão sendo desfeitas pela globalização e daqueles que eram beneficiados

por políticas sociais que estão sendo ameaçadas. Já o “tipo Marx” é característico das novas classes operárias que são formadas pela expansão da produção para outros países. Burawoy pondera, no entanto, que essa constatação diz pouco sobre o futuro de um movimento propriamente contra-hegemônico. Se movimentos em torno da mercantilização, para Silver, são apenas residuais, como podem servir de base para uma alternativa à globalização?

Ele dirige a mesma crítica aos autores de *Grounding Globalization*. Para Burawoy, eles têm sucesso ao localizar as resistências aos efeitos da globalização dentro de um contexto nacional, mas ao dar o próximo passo são pouco convincentes. Surge um “contramovimento global embrionário”, mas não há uma real evidência de sua existência. Segundo ele,

temos uma teleologia Polanyiana: um passado maligno é primeiro homogeneizado e, em seguida, invertido em um futuro radiante. Essa falsa homogeneização da história, mas também da geografia (dicotômica entre norte e sul) torna-se um voo de fantasia em direção ao internacionalismo operário e uma sociedade utópica - o primeiro um sonho marxista, o outro um sonho polanyiano. (p. 305)

Burawoy questiona, dessa forma, os fundamentos do suposto novo internacionalismo e afirma que ele se reduz em grande parte a “manobras discursivas”: os trabalhadores reais e as lutas investigadas pouco tem a ver com os sonhos internacionalistas dos autores. Ele chama a atenção, então, para as consequências teóricas da utilização do esquema que propôs originalmente. A adoção de Polanyi dá origem a uma “teoria da experiência” muito diferente do marxismo clássico ao defender que a experiência central do capitalismo se dá por intermédio do mercado e não da produção, o que implica em concepção diferente de como se formam as classes e suas consciências coletivas. Para ele, é preciso escolher um lado. Ou se enfatiza a experiência da exploração pela produção, ou a experiência da comodificação pelos mercados. Esse ponto é central, pois se é verdade que a produção foi internacionalizada, os efeitos do mercado são sentidos localmente:

A posição de alguém em relação a esta questão - exploração ou mercantilização - vai ditar a estratégia a ser aplicada para avançar: a construção de alianças de trabalhadores pelas fronteiras nacionais ou alianças locais entre aqueles que sofrem a mercantilização. (p. 307)

O argumento, portanto, é que não acontece a passagem do “sindicalismo de movimento social” para um “novo internacionalismo operário”. A abertura “ao exterior” pode se dar localmente em relação a outros atores sociais, mas os sonhos internacionalistas não passariam de resgate mal fundamentado de um velho projeto marxista. Ele reconhece que, em última análise, a hegemonia

liberal estabelecida a partir da globalização só pode ser combatida na escala internacional, mas não enxerga evidências de que isso esteja se dando na realidade. Defende, assim, um “pessimismo intransigente” ao discutir a questão.

As críticas de Burawoy foram recebidas com uma avalanche de respostas. Ele foi acusado de se basear em construções binárias que não deveriam ser vistas como absolutas, em especial a distinção teórica entre exploração e mercantilização. É o que diz Webster (2010), que argumenta que se trata de falsa dicotomia e que as experiências de exploração e mercantilização são complementares. Nessa linha, Clawson (2010) diz que

nessa peça (e em outros trabalhos), Burawoy parece determinado a criar uma dicotomia entre exploração e mercantilização, quando ele faria muito melhor em estudar as lutas existentes, o que mostraria que as lutas mais promissoras são precisamente sobre transcender essa dicotomia. (p. 399)

Assim, não haveria contradição necessária entre forjar alianças com outros grupos sociais e estabelecer ligações internacionais. Lambert (2010) conclui que

a apresentação da escolha entre construir laços com trabalhadores de outros países e criar uma ampla solidariedade com trabalhadores informais dentro de sua própria nação como contraditória é uma falsa dicotomia. Uma coisa não exclui a outra. Como a experiência da SIGTUR revela, a solidariedade horizontal no seio da sociedade civil é um terreno fértil para criar redes mundiais. (p. 389)

Webster (2010) critica ainda a posição pessimista de Burawoy, argumentando que a escolha em privilegiar as possibilidades de resistência se dá pela opção de enfatizar a agência e enxergar nos trabalhadores produtores ativos e não vítimas passivas. Lambert (2010) conclui que o debate traz à tona questões centrais da sociologia, como o poder da agência humana frente ao determinismo ou a inação frente a supostas “leis da história”. Ele acusa Burawoy de não discutir a fundo as pesquisas desenvolvidas sobre o assunto e que a sua rejeição automática das estratégias adotadas pelos trabalhadores cujas experiências são apresentadas nesses trabalhos implica a ideia de que o poder estruturado pelas grandes empresas transnacionais é intocável.

A opção por um pessimismo intransigente em relação ao novo internacionalismo operário a partir da dicotomia entre o local e o global é apressada. Mesmo nas primeiras formulações de uma teoria da globalização contra-hegemônica, a questão central é investigar como o ativismo internacional pode fortalecer as lutas locais. É possível que a tendência de Burawoy em traçar divisões rígidas, nesse caso, seja explicada pela ênfase no tratamento teórico da questão, sem analisar a fundo os casos investigados pela literatura. Em seu extenso e influente estudo sobre o ativismo internacional (não apenas de traba-

lhadores), Sidney Tarrow (2005) chega à conclusão de que os casos mais bem-sucedidos são justamente aqueles que conseguem ligar a ação internacional com questões locais. É por isso que ele chama a atenção para o surgimento do que define como “cosmopolistas enraizados”, ativistas que, embora se engajem em disputas na escala internacional, continuam ligados a seus países e comunidades de origem. Ele sustenta, ainda, que é justamente na fusão do local com o global que surge uma arena política viável para os movimentos sociais contemporâneos. De fato, essa parece ser a tendência atual da literatura sobre o novo internacionalismo operário. A esfera própria do sindicalismo internacional é vista não como restrita à escala internacional, mas ligada a lutas com diferentes escopos por meio de uma política “multiescalar”. Mas se é verdade que as estratégias que combinam o internacionalismo com ações locais merecem ser estudadas, não resta dúvida de que é preciso explorar as tensões teóricas e práticas que envolvem os modelos explicativos e as estratégias possíveis. O ecletismo conceitual e o otimismo exagerado são riscos presentes no estudo de casos que são classificados como “embrionários”, ainda mais quando o que se pretende é estabelecer as características de um movimento geral. O argumento central de Burawoy, ainda que amenizado pela crítica posterior, é válido e o pesquisador deve estar atento a suas ponderações.

O importante, ainda que a escolha seja por enfatizar os limites que a globalização impõe à atuação dos trabalhadores, é que a investigação esteja aberta às experiências que estão sendo desenvolvidas. As pesquisas que comparam as respostas dos trabalhadores à globalização mostram que há, de fato, uma gama de possibilidades e que, se existem fatores estruturais (econômicos ou políticos) que influenciam as estratégias que provavelmente serão adotadas, há também espaço para escolhas e inovações. Os trabalhadores e os sindicatos não são um ator uno, as diferentes tradições políticas exercem um papel fundamental. Essa é a premissa de Frege e Kelly (2003), que comparam as respostas sindicais em países europeus e nos Estados Unidos, que comportam uma grande variedade de estruturas sindicais, institucionais e de identidade política. Eles identificam seis principais respostas à globalização: organização dos trabalhadores, reorganização das estruturas (desburocratização, fusões), construção de alianças com outros movimentos sociais, parcerias com empregadores, ação política e ligações internacionais. Todas essas estratégias podem ser combinadas de diferentes formas. Para eles, explicar as estratégias adotadas apenas pelo contexto em que se encontram os sindicatos é simplista e determinista, subestimando a dependência mútua entre atores e instituições. Ao estudar respostas sindicais na América Latina, Anner (2011) chega a conclusões semelhantes. Ele argumenta que

não há um caminho dominante ou pré-determinado para o trabalho na era da globalização neoliberal. Pelo contrário, há uma gama de respostas desenvolvidas por organizações operárias com diferentes graus de sucesso e fracasso. Es-

sas respostas são formadas por identidades, ameaças e oportunidades políticas e estruturas econômicas. (p. 17)

O internacionalismo operário enquanto objeto de investigação, assim, não pode ser compreendido de forma adequada pela análise isolada das organizações sindicais internacionais e da articulação explicitamente internacional. Antes de buscar características de um movimento geral, é preciso explorar de que forma esse tipo de ação sindical é relevante em cada contexto. O desafio é desenvolver uma análise que dê conta de integrar as transformações políticas e econômicas aos quadros institucionais nacionais e associá-los às identidades sindicais e escolhas políticas possíveis, que não raramente combinam o internacionalismo com outras iniciativas. Evans (2010) aponta bem as dificuldades em se elaborar um quadro como esse, uma vez que as formas utilizadas são cada vez mais complexas e se combinam entre si. Embora existam inovações, as respostas do trabalho à globalização se dão a partir de uma longa genealogia de organizações operárias com tradições mais antigas que outros movimentos sociais. Assim, ele argumenta que é preciso entender essas respostas como uma “diversidade concatenada”, em que o velho e o novo se mesclam de formas criativas.

A relevância do sindicalismo brasileiro

Os desafios que se apresentam para a pesquisa, portanto, são muitos. Nos últimos anos, multiplicaram-se as experiências de solidariedade internacional entre trabalhadores dos mais diversos tipos. Ao lado da Confederação Sindical Internacional, maior entidade sindical de caráter internacional, existem as Global Union Federations (Federações Sindicais Globais), que organizam internacionalmente trabalhadores dos diferentes setores econômicos. Atualmente, existem diversas organizações desse tipo, que representam desde setores industriais tradicionais, como os ramos químico e metalúrgico, até categorias de organização mais recente, como as trabalhadoras domésticas. Qualquer que seja a categoria de trabalhadores, é possível encontrar exemplos de solidariedade internacional e de resistência aos efeitos da globalização. Além disso, há uma série de novas iniciativas que não adotam as formas tradicionalmente consagradas pelo sindicalismo, como redes que buscam unir não apenas trabalhadores, mas também as comunidades afetadas pela ação das empresas transnacionais. No Brasil, Francisco de Oliveira (2005) identifica três grandes fases do internacionalismo operário. A primeira é vinculada aos anarco-sindicalistas influenciados pelos imigrantes europeus. Outra, a do Partido Comunista vinculado à Segunda Internacional. Por fim, um impulso internacionalista surgiu com o novo sindicalismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e é esse o período mais relevante para o contexto atual. A literatura sobre o assunto é escassa e o cenário de hoje não é muito diferente do que viu Armando Boito Jr.

(1999) quando afirmou que a política internacional do sindicalismo brasileiro é tema “à espera de pesquisadores”. O único estudo sistemático sobre a política de relações internacionais da CUT foi elaborado por Hermes Costa (2005b) em estudo comparativo com o sindicalismo português. Ele localiza cinco fases das relações internacionais da CUT, que, aos poucos, vão ganhando importância, embora ainda pequena quando comparada com as preocupações nacionais da central. A primeira fase é preocupada com a afirmação da CUT internacionalmente, a segunda com o estabelecimento das primeiras diretrizes de atuação internacional e a terceira é definida pela decisão de se filiar oficialmente a organizações sindicais internacionais. A quarta fase é marcada pela luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e pela aproximação com o Mercado Comum do Sul (Mercosul). A última fase, que é a que interessa para esta análise, apresenta um interesse especial pela articulação com outras organizações da sociedade civil. Nesse ponto, ele recorre ao “sindicalismo de movimento social” como paradigma geral, que é traduzido nos termos da própria CUT como “sindicalismo cidadão” e que, na opinião do autor, caminha para um “internacionalismo sindical solidário”, cujas características são muito parecidas com as do “novo internacionalismo operário” definido anteriormente.

Recentemente, a central sindical ampliou também os seus esforços de atuação internacional, com a criação de um instituto de cooperação. Uma vez que a organização recebeu ajuda internacional em sua fundação e em seu período de consolidação, hoje pretende adotar uma política de solidariedade internacional mais incisiva. Não é à toa que um brasileiro, João Antonio Felício, sindicalista com origem na CUT, preside atualmente a Confederação Sindical Internacional. Também nas Federações Sindicais Globais a presença de dirigentes brasileiros é marcante. O que torna o assunto mais rico para a pesquisa, no entanto, é que hoje a política internacional não é mais prerrogativa exclusiva das grandes centrais nacionais. Se a literatura sobre a política internacional das centrais sindicais é escassa, a pesquisa sobre a atuação internacional de instâncias inferiores e setoriais (como sindicatos locais e confederações) é ainda mais rara. Nesse sentido, as redes sindicais internacionais são especialmente interessantes. Essas redes, que reúnem trabalhadores e sindicatos que atuam em diversas partes do mundo em relação a uma mesma empresa transnacional, são capazes de ligar diretamente entre si até mesmo os sindicatos locais. O Brasil, por abrigar em seu território grande número de empresas transnacionais, é ator importante nesse processo. Mais do que isso, a participação crescente de empresas brasileiras em outros países faz com que o sindicalismo brasileiro assumira posição estratégica em qualquer internacionalismo sindical a ser praticado no futuro. De acordo com o presidente do Observatório Social da CUT e petroleiro Roni Anderson, “cada vez mais empresas brasileiras estão se internacionalizando e os trabalhadores brasileiros estão agora tornando-se protagonistas na construção destas redes” (CUT, 2014). Abre-se, assim, ampla oportunidade de pesquisa para os cientistas sociais brasileiros interessados no papel do sindicalismo e do movimento dos trabalhadores no mundo contem-

porâneo. Ainda que as bases teóricas para pesquisas desse tipo sejam incertas e vulneráveis a debates e transformações, ou talvez justamente por isso, trata-se de objeto desafiador e instigante.

Referências bibliográficas

ANNER, Mark. *Solidarity Transformed: Labor Responses to Globalization and Crisis in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *O Caracol e sua Concha: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho*, São Paulo: Boitempo, 2005.

BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BURAWOY, Michael. For a sociological marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*. 31, p. 93-168, 2003.

_____. From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labor Studies, *Global Labour Journal* 1:2, p. 301-313, 2010.

Central Única dos Trabalhadores/CUT. "Petroleiros iniciam encontro internacional para discutir demandas da rede sindical", 2014. Disponível em: <http://www.cut.org.br/acontece/24181/petroleiros-iniciam-encontro-internacional-para-discutir-demandas-da-rede-sindical>

CASPERSZ, Donella. From Pollyanna to the Pollyanna Principle. A Response to Michael Burawoy's 'From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labour Studies' *Global Labour Journal*. 1:3, p. 393-397, 2010.

CASTELLS, Manuel. *The Information Age: Economy Society and Culture. Volume II: The Power of Identity*. Oxford: Blackwell, 2010.

CHESNAIS, François. Mundialização do Capital e Jogo da Lei da População Inerente ao Capitalismo. In: *Trabalho, Capital Mundial e Formação dos Trabalhadores*. Ceará: Senac, 2009.

CLAWSON, Dan. 'False' Optimism: The Key to Historic Breakthroughs? A Response to Michael Burawoy's 'From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labour Studies' (GLJ 1.2) *Global Labour Journal*. 1:3, p. 398-400, 2010.

COSTA, Hermes A. O Sindicalismo, a política internacional e a CUT. *Revista Lua Nova*, 64, 2005a.

_____. A política internacional da CGTP e da CUT: Etapas, temas e desafios. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71, p.141-161, 2005b.

COSTA, Hermes A; SANTOS, Boaventura S. Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário. *In: Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.21-76, 2005.

DURAND, Jean Pierre. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. *Tempo Social*, 15:1, 2003.

EVANS, Peter. Fighting marginalization with transnational networks: counter-hegemonic globalization. *Contemporary Sociology*. 29, 230-241, 2000.

_____. Is it Labor's Turn to Globalize? Twenty-first Century Opportunities and Strategic Responses". *Global Labour Journal*. 1:3, p. 352-379, 2010

_____. Is an Alternative Globalization Possible? *Politics & Society*. 36, p. 271-305, 2008.

FREGÉ, C. KELLY, J. Union Revitalization Strategies in Comparative Perspective, *European Journal of Industrial Relations*. 9:1, p. 7-24, 2003.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

HOBBSBAWM, E. J. Guessing about global change. *International Labor and Working Class History*. 47, p. 39-44, 1995.

LAMBERT, Rob. Unionism in One Country is no Longer an Option. A Response to Michael Burawoy's 'From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global Labour Studies' (GLJ 1.2). *Global Labour Journal*. 1:3, p. 388-392, 2010.

MOODY, Kim. Towards an International Social-Movement Unionism. *New Left Review*. 225, p. 52-72, 1997.

MUNCK, Ronaldo. Labour dilemmas and labour futures. *In: Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new world order*. London: International Political Economy Series, 1999.

_____. *Globalisation and Labour: the new 'Great Transformation'*. London and New York: Zed Books, 2002.

_____. Globalization and the Labour Movement: Challenges and Responses *Global Labour Journal*. 1:2, p. 218-232, 2010.

OFFE, Claus. Trabalho: A Categoria Chave da Sociologia?“, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 4, 1989.

OLIVEIRA, Francisco. Quem canta de novo L’Internationale? In: *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 135-169, 2005.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press. 1957.

RAMSAY, H. In Search of International Union Theory. In: *Globalization: Patterns of Labour Resistance*. London: Mansell, pp. 192–219, 1999.

ROMBALDI, Maurício. Internacionalização do sindicalismo no Brasil: um estudo sobre os setores metalúrgico e de telecomunicações. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

SILVER, Beverly J. *Forces of Labour: Workers’ Movements and Globalization since 1870*. New York: Cambridge University Press, 2003.

TARROW, Sidney. *The New Transnational Activism*. New York: Cambridge University Press.

TILLY, Charles. Globalization Threatens Labor’s Rights. *International Labor and Working Class History*. 47, p.1-23, 1995.

WATERMAN, Peter. New Social Unionism: a model for the future? *South African Labour Bulletin*, 19:5, 69-76, 1995.

_____. Trade Union Internationalism in the Age of Seattle. *Antipode: A Radical Journal of Geography*, 33:1, p. 312-336, 2001.

_____. Estudos sobre o Trabalho Global: A necessidade de uma perspectiva emancipatória. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 97, p. 3-22, 2012.

WEBSTER, Edward. LAMBERT, Robert. BEZUIDENHOUT, Andries. *Grounding Globalization: Labour in the Age of Insecurity*. Oxford: Blackwell, 2008.

WEBSTER, Edward. From Critical Sociology to Combat Sport? A Response to Michael Burawoy’s ‘From Polanyi to Pollyanna: The False Optimism of Global

Labour Studies' (GLJ 1.2). *Global Labour Journal*. 1:3, p. 384-387, 2010.

WILLS, Jane. Bargaining for the space to organize in the global economy: a review of the Accor-IUF trade union rights agreement, *Review of International Political Economy*. 9:4, 2002.

_____. Taking on the CosmoCorps? Experiments in Transnational Labor Organization. *Economic Geography*. 74:2, p. 111-130, 1998.